

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.184.678 - SP (2017/0079353-5)

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : EDUARDO PIRES MESSEMBERG E OUTRO(S) - SP061660  
**AGRAVANTE** : CELSO LUIS MARRA  
**ADVOGADO** : ELISABETH BURDIN MARRA E OUTRO(S) - SP132751  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

### DECISÃO

Trata-se de agravos interpostos pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, de um lado, e CELSO LUIS MARRA, do outro, em que pretendem a admissibilidade de seus recursos especiais, os quais desafiam acórdão assim ementado (e-STJ fl. 346):

APELAÇÕES – Ação declaratória de inexigibilidade de crédito tributário cumulada com indenização por danos morais – IPVA – Veículo retomado pela financeira em ação de busca e apreensão – Dispensa de pagamento – Dever de comunicação ao DETRAN do credor fiduciário – Omissão que não atinge o proprietário anterior, no âmbito tributário – Inscrição do débito relativo ao IPVA em dívida ativa e inserção do nome do autor no cadastro de inadimplentes (CADIN) – Dano moral, em tese possível, mas, no caso, não configurado – Ausência de notícia de fato específico que tenha importado em concreta restrição ao crédito ou à imagem de bom pagador do contribuinte – Situação de mero aborrecimento, que não justifica indenização por dano moral – Verbas de sucumbência devidas pela ré, em razão do princípio da causalidade – Sentença de parcial procedência mantida – RECURSOS DESPROVIDOS.

No seu apelo nobre (e-STJ fls. 256/364), a Fazenda Pública, indicando violação do art. 20 do CPC/1973, sustentou, em resumo, que não teria dado indevida causa à demanda e, por isso, não deve ser condenada ao pagamento dos ônus sucumbenciais, visto que o lançamento do IPVA em nome do antigo proprietário ocorreu um razão de não ter sido oportunamente comunicada acerca da transferência da propriedade do veículo.

O particular, por sua vez, em seu recurso especial adesivo (e-STJ fls. 379/403), apontando divergência jurisprudencial, defendeu o cabimento da indenização por danos morais, pois a Fazenda Pública inscreveu o seu nome na dívida ativa (IPVA) e no Cadin mesmo depois de notificada judicialmente para assim não proceder. Afirmou que "o dano moral (...) prescinde de prova concreta da ocorrência, pois basta a prova do fato que lhe gerou".

Contrarrazões apresentadas às e-STJ fls. 367/377 (particular) e e-STJ fls. 405/411 (ente público).

O Tribunal de origem obistou o recurso fazendário por entender incidente a Súmula 7 do STJ e coincidente o acórdão recorrido com a jurisprudência desta Corte Superior (e-STJ fls. 431/435); fundamentação com a qual não concorda a FESP (e-STJ fls. 431/435).

O particular também manejou agravo, em que alega o silêncio da

# Superior Tribunal de Justiça

Corte *a quo* quanto à admissibilidade de apelo especial adesivo.

Na sequência, a Corte bandeirante, em razão da decisão de inadmissibilidade do apelo especial principal, julgou prejudicado o recurso especial adesivo do particular (e-STJ fl. 446).

Passo a decidir.

Inicialmente, destaco que o Plenário do STJ decidiu que “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo 2, sessão de 09/03/2016).

Feita essa consideração, analiso, por primeiro, o agravo fazendário.

Defende o ente público que não deu indevida causa à demanda, de modo que não pode ser condenado aos ônus de sucumbência. Acerca do tema, assim decidiu o TJ/SP:

Por outro lado, o argumento da ré de que não deu causa ao ajuizamento da ação, não se sustenta, uma vez que foi devidamente cientificada, em 4.4.2002, por ofício expedido, decorrente de ordem judicial, nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Jurídica cumulada com indenização por danos morais, ajuizada por Celso Luis Marra em face de Banco Martinelli S/A (Processo nº 1.039/00 - 8ª Vara Cível a Comarca de Campinas) para “suspender a inscrição da Dívida Ativa, com relação a IPVA e MULTAS, referente ao veículo FIAT Palio 1.0, PLACA CJD 9926, ANO/MODELO 1996/97 (...) em nome de CELSO LUIS MARRA” (fls. 96). E, ademais, em resposta ao ofício recebido informou: “foram adotadas as medidas necessárias tendentes à inibição da inscrição na dívida ativa do débito de IPVA (...)” (fls. 106).

Todavia, conforme restou demonstrado, não foi o que ocorreu, porquanto, apesar de ordem judicial, o débito relativo ao IPVA foi inscrito na dívida ativa e o nome do autor inserido no cadastro de inadimplentes.

Nesse contexto, verifico que o recurso especial não merece ser mesmo admitido, pois, além dessa fundamentação não ter sido objeto de impugnação específica, a sua revisão pressupõe, necessariamente, o reexame de matéria fático-probatória.

Incide, pois, os óbices de conhecimento estampados nas Súmulas 283 do STF e 7 do STJ, respectivamente.

Frise-se que, nos termos do art. 500, III, do CPC/1973, a inadmissão do recurso especial principal impõe o não conhecimento do recurso especial adesivo.

Ante o exposto, CONHEÇO dos agravos da FESP e do particular para NÃO CONHECER de seus recursos especiais (art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

